

Diálogos oportunos sobre as línguas de sinais indígenas Apresentação do Dossiê “Emergências das línguas de sinais indígenas”

Ana Carolina Machado Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)/Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9820-2799>

ABSTRACT: This dossier, entitled “Emergencies of indigenous sign languages”, aims to present the emergence of sign languages in indigenous territories in Brazil and Mexico, with dialogues also in Spain and Paraguay. The dossier consists of six studies that address ethnoterminology in signs of different Brazilian indigenous ethnicities, sign languages and the linguistic context of the deaf indigenous Omágua-Kambebe, Paiter-Suruí, Ka’apor, Terena, Sateré-Mawé, Guarani and Kaiowá, Kaingang, Akwe-Xerente, Pataxó, Xukuru de Ororubá, as well as the Maya Yucateca sign language from Mexico. Research still discusses the interculturality between Brazilian sign language (*LIBRAS* in Portuguese) and indigenous sign languages, including their incidence on the schooling of deaf indigenous peoples. It’s possible to realize that, although indigenous sign languages exist, there is still an invisibility in linguistic and educational documents and policies, both in Brazil and abroad.

KEYWORDS: Indigenous sign languages; Deaf indigenous peoples; Sign languages; Emerging sign languages

RESUMO: Este dossiê, intitulado “Emergências das línguas de sinais indígenas”, tem por objetivo apresentar a emergência das línguas de sinais em territórios indígenas no Brasil e no México, com interlocuções também na Espanha e no Paraguai. O dossiê é composto por seis pesquisas que abordam a etnoterminologia em sinais de diversas etnias indígenas brasileiras, as línguas de sinais e o contexto linguístico dos indígenas surdos Omágua-Kambebe, Paiter-Suruí, Ka’apor, Terena, Sateré-Mawé, Guarani e Kaiowá, Kaingang, Akwe-Xerente, Pataxó, Xukuru de Ororubá, bem como da língua de sinais Maya Yucateca, do México. As pesquisas ainda discutem a interculturalidade entre a língua brasileira de sinais (*LIBRAS*) e as línguas de sinais indígenas, inclusive sua incidência na escolarização dos indígenas surdos. É possível perceber que, embora as línguas de sinais indígenas existam, ainda há uma invisibilidade nos documentos e políticas linguísticas e educacionais, tanto no Brasil quanto no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas de sinais indígenas; Indígenas surdos; Línguas de sinais; Línguas de sinais emergentes

1. Introdução

As políticas linguísticas voltadas aos surdos brasileiros baseiam-se, principalmente, em duas: a Lei nº 10.436 (Brasil 2002), que reconhece a língua brasileira de sinais - Libras enquanto a língua natural dos surdos brasileiros e o Decreto nº 5.626 (Brasil 2005), que promulga a Lei nº 10.436 e regulamenta, dentre outras coisas a educação das pessoas surdas. Entretanto, outras realidades linguísticas existentes, como as dos indígenas surdos, encontram-se invisibilizadas nessas políticas públicas.

De acordo com os últimos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil 2010), há no Brasil 274 línguas indígenas faladas por 305 povos indígenas. Cabe aqui destacar que, nessa contagem das línguas indígenas, como bem explicaram Coelho; Bruno; Cruz-Aldrete (2022: 3) “[...] o censo não considerou as línguas originárias de outros países, as denominações genéricas de troncos e famílias linguísticas, entre outras. Por essa razão, afirma (sic) que pode haver muitas outras variações e línguas que são utilizadas no Brasil além das 274 contabilizadas”. Os dados, entretanto, não indicaram quantas línguas de sinais indígenas são utilizadas pelos indígenas surdos em seus territórios. Isso nos

leva a questionar: quais povos indígenas possuem uma língua de sinais específica? Como essas línguas circulam nos territórios? A invisibilidade das línguas de sinais indígenas é uma realidade somente no Brasil ou tem ocorrido também em outros países?

Logo, o objetivo do dossiê intitulado “*Emergências das línguas de sinais indígenas*” é apresentar a emergência das línguas de sinais em territórios indígenas, não somente no Brasil, mas também em outros países como o México, Paraguai e Espanha e, conseqüentemente, discutir sobre as realidades linguísticas dos indígenas surdos em seus territórios.

Os artigos que compõem o dossiê foram organizados em três momentos, a saber: inicialmente apresentamos as contribuições trazidas por Costa; Bezerra; Nascimento (2022) no trabalho intitulado “*Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8668367>), no qual os autores trazem os registros dos sinais representativos das etnias indígenas de dez estados brasileiros. Em um segundo momento apresentamos a interlocução dos trabalhos de Santos; Vieira; Ferraz (2002), intitulado “*Navegantes do Solimões a emergência de sinais Omágua-Kambebe à luz da análise de discurso crítica*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667953>), de Silva (2022), intitulado “*Língua de sinais, gestos e cores: o caso ka’apor*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667939>), de Eler e Carvalho (2022), intitulado “*Mapeamento de sinais do contexto escolar da comunidade surda indígena Paiter Suruí*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667561>) e de Soares e Fargetti (2022), intitulado “*Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil.*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667592>), nos quais os autores desses quatro trabalhos discutiram sobre a emergência das línguas de sinais em alguns territórios indígenas no Brasil. O terceiro momento apresentamos as confluências existentes nas discussões sobre as línguas de sinais em comunidades indígenas no Brasil, no México, no Paraguai e na Espanha através da pesquisa intitulada “*Comunidades indígenas e as línguas de sinais: os desafios do ensino bilíngue para indígenas surdos*” (<https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8670372>), de autoria de Coelho; Bruno; Cruz-Aldrete (2022).

Por fim, convidamos aos nossos leitores a mergulharem nas águas profundas, porém não escuras, das línguas de sinais indígenas.

2. As etnias indígenas em sinais

Alicerçados nos preceitos da etnoterminologia, Costa; Bezerra; Nascimento (2022) registraram e analisaram os sinais terminológicos das etnias indígenas que possuíam estudos sobre as suas línguas de sinais. Para isso, os autores basearam-se nas pesquisas realizadas por Araújo e Oliveira (2021), Bezerra (2021), Godoy (2020), Lopes (2020), Damasceno (2017), Eler (2017), Azevedo (2015), Vilhalva (2012), Pereira (2013) e Giroletti (2008), nas quais identificaram os sinais de 34 (trinta e quatro) etnias localizadas nos seguintes estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e em Santa Catarina.

Os sinais foram registrados em um mapa etnocartográfico utilizando o sistema de sistema Sutton - SignWriting, próprio para a escrita de sinais e as análises se deram pelos agrupamentos regionais das etnias. Em suas análises, os autores identificaram que os sinais utilizados na representação / nomeação das etnias relacionam-se diretamente com artefatos culturais de cada povo, à sua cosmologia, bem como a existência de empréstimo linguístico das línguas indígenas orais.

Ademais, cabe destacar que esse trabalho também apresentou a existência de registros léxico-terminográficos de línguas de sinais indígenas emergentes compilados em formato de mini dicionários e glossário, incluindo no ambiente virtual, como na plataforma do Youtube, contribuindo à uma possível visibilidade das línguas de sinais indígenas.

Na próxima seção são descritas a existência de sistemas linguísticos complexos indicando línguas de sinais ou possíveis línguas de sinais e a sua relação com as cosmologias de cada povo indígena.

3. Diversidade das línguas de sinais em territórios indígenas

As pesquisas de Santos; Vieira; Ferraz (2002), de Silva (2022), de Eler e Carvalho (2022) e de Soares e Fargetti (2022) trazem contribuições acerca da diversidade das línguas de sinais indígenas e como essas línguas são, na verdade, língua-território.

Ao analisarem a constituição dos sinais emergentes dos indígenas surdos Omágua-Kambeba e o seu impacto nas práticas no território, Santos; Vieira; Ferraz (2022) observam que esses sinais se diferem da Libras e emergem, principalmente, no seio familiar. Os autores parafraseiam Faraco (2003) para afirmarem que nos constituímos através das práticas de linguagem e que, mesmo quando o sujeito surdo não tem contato com a língua de sinais utilizada pela maioria (no caso do Brasil, a Libras, utilizada pelos surdos dos centros urbanos), outros sistemas de comunicação emergem, sendo constituídos “[...] pela presença da experiência perceptivo-prática dos participantes, ou seja, uma relação triangular entre a cultura visual destes surdos, a apreensão prática e a transposição para um sistema simbólico” (Santos; Vieira; Ferraz, 2022: 4). No caso dos surdos Omágua-Kambeba, os autores também relatam que também não há a utilização de uma língua oral pelos indígenas surdos. Na pesquisa realizada pelos autores, ainda foi possível perceber que a língua de sinais Omágua-Kambeba é comumente utilizada nas interações entre os surdos e os ouvintes.

Quanto à constituição dos sinais Omágua-Kambeba, os autores analisaram seis sinais emergentes: “galinha”, “bravo”, “menina”, “menino”, “igreja” e “ver.” Para a análise, observaram os fonemas / parâmetros que constituem esses sinais. Em suas análises, os autores observaram que a constituição destes se encontra diretamente relacionada com o referencial que esses surdos possuem em relação ao objeto e são moldados pelas práticas sociais.

Silva (2022) apresenta um dado interessante sobre a língua de sinais Ka’apor: sua diferenciação da língua oral Ka’apor. Isso se deu a partir da observação realizada pelo autor sobre a ausência de sinais específicos para cores, diferentemente do que ocorre na língua Ka’apor falada. Silva esclarece que ao se falar em cores na língua de sinais Ka’apor, é utilizado um “gesto emblemático”, através do apontamento ou utilização do dedo indicador em contato com algum objeto que especifique aquela cor. Enquanto língua-território, o autor chama-nos à atenção para compreendermos a cosmologia Ka’apor, pois somente assim entenderemos a constituição / construção dos sinais-gestos de cores para esse povo. Ao longo do artigo é possível ver a relação direta das cores com a cosmovisão Ka’apor, sobretudo com os seus encantados, como nos relatos sobre a cobra Maju, assassinada pelo híbrido gente-ave e que, após a sua morte, derramou sangue colorido, originando as cores das aves. Ademais, após sua morte, Maju sobe aos céus e torna-se maju-arco-íris, uma cartela de cores e que, na cosmologia Ka’apor não deve ser apontada para a identificação de cores (ou quaisquer outras identificações), uma vez que o seu apontamento pode gerar a deformação de quem o aponta.

Aqui também se observa a língua enquanto língua-território uma vez que as cores, na cosmologia Ka’apor relaciona-se diretamente com a cobra Maju que, nas palavras do autor é a “[...]grande mestre das doenças” (Silva 2022: 22).

Um outro exemplo sobre língua-território são os dados apresentados no trabalho de Eler e Carvalho (2022) sobre a língua de sinais Paiter Suruí. Assim como bem identificado pelas pesquisas anteriores, ao mapearem os sinais utilizados pelos indígenas surdos Paiter Suruí em suas práticas comunitárias, incluindo as da escola, as autoras descreveram a relação direta entre a língua e a cultura. As autoras apresentaram duas categorias de sinais: uma, utilizada no contexto escolar e a outra, relacionada aos animais da aldeia.

Em algumas situações, as autoras observaram uma interculturalidade com a Libras na realização dos sinais, como os sinais de “galo” e de “galinha”, embora também tenham visto e registrado a utilização de um outro sinal para “galinha”, específico dos Paiter Suruí, mas que carregava a iconicidade em sua constituição. Uma outra semelhança com a Libras se deu na realização de um sinal juntamente com o som que o objeto-referência emite, como o sinal de “peixe-elétrico”, composto por dois sinais: um de peixe e outro que caracteriza o barulho emitido pelo peixe. As autoras compararam essa constituição com algumas encontradas na Libras como na realização dos sinais de “helicóptero” ou “motocicleta”.

Mesmo apresentando algumas interculturalidades com a Libras, os sinais Paiter Suruí possuem características específicas, ligadas diretamente à cosmologia desse povo, como bem observado no sinal “homem”, constituído com a sinalização que indica o tipo de pintura e adornos utilizados pelos homens Paiter Suruí, caracterizando a sua singularidade, assim com as duas outras línguas de sinais.

Essa diversidade linguística não se restringe a somente essas três línguas, mas também são apontadas por outras pesquisadoras, como Soares e Fargetti (2022), ao realizarem um levantamento sobre as línguas de sinais indígenas no Brasil apontaram à essa diversidade e, conseqüentemente, singularidade das línguas de sinais utilizadas por diferentes povos indígenas. As autoras classificaram as línguas investigadas em “línguas de sinais” e “possíveis línguas de sinais”, aquelas que ainda se encontram em processo de consolidação, estudo e reconhecimento, sem desmerecer ou invalidar essas línguas enquanto sistemas linguísticos.

As autoras apresentam as pesquisas que envolveram as línguas de sinais dos povos Ka’apor, Sateré-Mawé, Guarani, Kaiowá, Terena, Kaingang, Paiter-Suruí, Akwe-Xerente, Pataxó e Xukuru. Em todas as pesquisas foi possível identificarmos a relação sujeito-território na constituição dos sinais, bem como a importância dessas línguas no processo de inclusão escolar do indígena surdo, mesmo que em algumas pesquisas, como a realizada com o povo Xukuru, a inclusão da Libras enquanto língua seja essencial para a inclusão dos indígenas surdos.

Os quatro trabalhos aqui descritos trazem em si a diversidade das línguas de sinais indígenas e, também, a urgência em se aprofundar as pesquisas sobre essas comunidades de fala e sobre a emergência dessas línguas considerando, para isso, o seu mapeamento e descrição, o que contribuirá à sua legitimação e visibilidade.

Essa, entretanto, não é uma realidade específica das línguas de sinais indígenas em solo brasileiro, mas extrapolam as fronteiras geográficas, como veremos a seguir.

4. Confluências das línguas de sinais no Brasil, México, Paraguai e Espanha

Em sua pesquisa, Coelho; Bruno e Cruz-Aldrete (2022) apresentaram um panorama dos estudos sobre as línguas de sinais indígenas e a inclusão escolar de indígenas surdos no Brasil e traçaram uma interlocução com as realidades do México, Paraguai e Espanha.

Antes de falarem sobre a realidade linguística dos indígenas surdos no Brasil, as autoras apresentaram algumas informações sobre os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, segundo estado brasileiro em número de populações indígena. Em sua abordagem inicial, ao fazerem um apontamento sobre as línguas indígenas orais, as autoras identificaram um empréstimo linguístico entre as línguas Guarani e Kaiowá e ratificaram a importância da escola no processo de manutenção e valorização dessas línguas. Isso se dá pelo fato de que a utilização dessas línguas acontece de forma mais restrita, em espaços específicos, como no seio familiar.

No âmbito das línguas de sinais indígenas Guarani e Kaiowá, as autoras identificaram, já no ano de 2010, que a maneira pela qual a comunidade percebia o indivíduo surdo influenciava diretamente em seu processo de inclusão social e escolar, principalmente se esse olhar visualizasse a pessoa surda na perspectiva da incapacidade. A importância da escola

diferenciada no processo inclusivo dos alunos indígenas surdos também é destacada, sendo este um lugar plurilíngue em sua essência e destacam que a organização do processo inclusivo escolar dos indígenas surdos deve levar em consideração, dentre outras questões, a maneira pela qual o aluno surdo se comunica, mesmo que a língua de sinais utilizada na escola seja a Libras e sugerem como uma das estratégias a ser utilizada a utilização dos sinais emergentes que os alunos indígenas surdos utilizam juntamente com as suas famílias.

Tal situação aqui retratada apresenta semelhanças às realidades indígenas de outros países que também utilizam línguas que se diferem das línguas oficiais do país. No caso do contexto linguístico dos surdos indígenas no México, no qual a pesquisa encontra-se mais aprofundada, as autoras utilizam o exemplo das línguas de sinais Mexicana (LSM) e a indígena Maya Yucateca (LSMy) para explicarem como ocorre o bilinguismo nesse país. De acordo com as autoras, embora as línguas de sinais tenham sido reconhecidas nos primeiros anos do século 21 como parte do patrimônio linguístico do país, a partir da Lei Geral para Pessoas com Deficiência 2005, ainda são inexistentes ou muito escassas as discussões sobre a educação dos indígenas surdos considerando a utilização das línguas de sinais. Além disso, no Catálogo de Línguas Indígenas Nacionais (Instituto Nacional de Línguas Indígenas 2008) não foram incluídas a LSM e a LSMy como línguas originárias do país, contradizendo as informações acerca da diversidade linguística do país composta por línguas orais e visuogestuais. Também foi trazido questões sobre as políticas linguística e educacional, em que as autoras explicam que, ainda que o Ministério da Educação Pública (SEP) tenha a proposta de implementação da educação bicultural bilíngue, tal proposta pauta-se na utilização do espanhol oral e da LSM, não considerando as línguas indígenas, sejam na modalidade oral, seja na modalidade visuogestual.

As percepções aqui discorridas apontam confluências com o que é vivenciado no Brasil, indicando a necessidade de se pensar políticas linguísticas que reconheçam e valorizem as línguas de sinais indígenas, inclusive nos espaços escolares. Para isso, se fazer necessário aprofundarmos nossas discussões sobre essa temática.

5. Um convite à leitura - Considerações finais

Refletir sobre a existência das línguas de sinais indígenas, distintas, complexas, caracterizadas enquanto língua-território, bem como a sua importância para a inclusão social e escolar dos indígenas surdos se faz urgente e de extrema importância.

O ano de 2022 foi decretado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como o primeiro da Década Internacional das Línguas Indígenas, tendo como objetivo valorizar e reconhecer as línguas indígenas em todas as esferas sociopolítica, cultural, científica e tecnológica enquanto patrimônio linguístico cultural mundial. Talvez esse deva ser visto enquanto um momento oportuno para discutirmos não somente sobre as línguas indígenas orais, mas também as línguas de sinais indígenas.

Os trabalhos aqui compilados trazem em si não somente as discussões sobre a existência das línguas de sinais em diversas comunidades indígenas, mas principalmente sobre a invisibilidade dessas línguas e, conseqüentemente, a inexistência ou escassez de políticas públicas, o que impacta diretamente no processo de inclusão social e educacional dos indígenas surdos.

As pesquisas também apontam à necessidade de ampliação e aprofundamento das pesquisas voltadas à essa temática, ratificando a necessidade de mapeamento e descrição dessas línguas, pois somente com esses registros tornar-se-á possível o seu reconhecimento.

Que os trabalhos aqui apresentados possam estimular futuros (ou até mesmo pesquisadores já atuantes) a mergulharem na investigação sobre as línguas de sinais indígenas emergentes.

Referências

- Araújo, Paulo Jeferson P.; Oliveira, Analú F. de (2021). Línguas de sinais emergentes no Brasil: o caso da Língua de Sinais Macuxi. *Revista de Letras Norte@mentos* 14(37): 224-240. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/7756>
- Azevedo, Marlon Jorge Silva de (2015). *Contribuições linguísticas aplicadas ao ensino da Língua de Sinais na Comunidade Sateré-Mawé na Microrregião de Parintins* (Dissertação de mestrado em letras). Manaus: Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uca.edu.br/handle/riuea/1900>
- Bezerra, Erich Teles (2021). *Uma análise dos sinais-termo das etnias indígenas nas toadas dos bois bumbás* (TCC - Bacharelado em letras Libras). Universidade Federal de Santa Catarina, Polo Manaus - AM. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223522>
- Brasil. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm
- Coelho, L. L., Bruno, M. M. G., & Cruz-Aldrete, M. (2022). Comunidades indígenas e as línguas de sinais: os desafios do ensino bilíngue para indígenas surdos. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022016. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8670372>
- Costa, E. da S., Bezerra, E. T., & Nascimento, L. R. S. (2022). Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022006. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8668367>
- Damasceno, Letícia de Souza. M. (2017). *Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional* (Dissertação de mestrado em língua e cultura). Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Eler, Rosiane. R. de Souza (2017). *Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Païter Suruí* (Dissertação de mestrado em letras). Porto Velho: UNIR. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3286>
- Eler, R. R. de S., & Carvalho, J. I. R. F. de. (2022). Mapeamento de sinais do contexto escolar da comunidade surda indígena Païter Suruí. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022010. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667561>
- Faraco, Carlos A. (2003) [sem título]. In Antonio. C. Xavier; Suzana Cortez (orgs.), *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*, pp. 63-70. Parábola Editorial.
- Giroletti, Marisa Fátima Padilha (2008). *Cultura surda e educação escolar Kaingang* (Dissertação de mestrado em educação Processos Inclusivos). Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91404>
- Godoy, Gustavo (2020). *Os Ka'apor, os gestos e os sinais* (Tese de doutorado em antropologia social). Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/tese:godoy-2020>
- Santos, M. R. dos, Vieira, V. C., & Ferraz, J. de A. (2022). Navegantes do Solimões: a emergência de sinais Omágua-Kambeba à luz da análise de discurso crítica. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022007. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667953>
- Silva, G. de G. e. (2022). Língua de sinais, gestos e cores: o caso ka'apor. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022012. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667939>
- Soares, P. A. S., & Fargetti, C. M. (2022). Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022004. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667592>

Vilhalva, Shirley (2012). Índios surdos: Mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul Mato Grosso: editora Arara Azul.

Recebido: 31/10/2022
Versão revista: 5/11/2022
Aceito: 7/11/2022
Publicado: 7/11/2022